Item	Previsão atual CBA	CBA outros países	Convenções / Anexos	Legislação Brasileira	Nova redação proposta	Justificativa
TÍTULO II						
Do Espaço Aéreo e seu Uso para Fins Aeronáuticos						
CAPÍTULO I						
Do Espaço Aéreo Brasileiro						
	Art. 11. O Brasil exerce completa e exclusiva soberania sobre o espaço aéreo acima de seu território e mar territorial.		Convenção de Chicago Article 1 Sovereignty The contracting States recognize that every State has complete and exclusive sovereignty over the airspace above its territory.	CF Título 1, Dos Princípios Fundamentais, Art.1º.	A República Federativa do Brasil exerce completa e exclusiva soberania sobre o espaço aéreo acima de seu território e mar territorial	o texto proposto visa alinhar o nome do País com o mesmo termo utilizado na CF/1988
	Art. 12. Ressalvadas as atribuições específicas, fixadas em lei, submetem-se às normas (artigo 1º, § 3º), orientação, coordenação, controle e fiscalização do Ministério da Aeronáutica:				Art. 12. Ressalvadas as atribuições específicas, fixadas em lei, submetem-se às normas (artigo 1º, § 3º), orientação, coordenação, controle e fiscalização do Comando da Aeronáutica:	Tendo em vista a criação da ANAC e da SAC, algumas atividades não são mais realizadas pelo COMAER. *tal fato precisa ser refletido pela comissão de transporte aéreo com relação aos itens IIIa, IV, V e VI.
	I - a navegação aérea;				I - a navegação aérea;	**sugere-se a seguinte nota: O Comando da Aeronáutica deverá, em sua estrutura organizacional, garantir a necessária separação entre as atividades normativas, executivas e de supervisão.
	II - o tráfego aéreo;			Lei Complementar 97/1999, Lei Complementar 136/2010, Lei 11.182/2005	II - o tráfego aéreo;	
	III - a infra-estrutura aeronáutica;				III - a infraestrutura de navegação aérea;	
					IIIa - a infraestrutura de aviação civil?;	O termo infraestrutura de aviação civil está apenas como sugestão que merece ser revisada pela Comissão de Transporte Aéreo, de forma a melhor expressar as infraestruturas reguladas pela ANAC.

	IV - a aeronave;				IV - a aeronave;	
	V - a tripulação;				V - a tripulação;	
	VI - os serviços, direta ou indiretamente relacionados ao voo.				VI - os serviços, direta ou indiretamente relacionados ao voo.	
	#####			Lei Complementar 97/1999, Lei Complementar 136/2010	#####	Adequar o texto ao inciso VII do art. 18 da Lei Complementar 97/1999, conforme a redação atualizada pela Lei Complementar 136/2010.
CAPÍTULO II						
Do Tráfego Aéreo						
	#####					
	§ 1º Nenhuma aeronave militar ou civil a serviço de Estado estrangeiro e por este diretamente utilizada (artigo 3º, I) poderá, sem autorização, voar no espaço aéreo brasileiro ou aterrissar no território subjacente.					
	§ 2º É livre o tráfego de aeronave dedicada a serviços aéreos privados (artigos 177 a 179), mediante informações prévias sobre o voo planejado (artigo 14, § 4º).					
	§ 3º A entrada e o tráfego, no espaço aéreo brasileiro, da aeronave dedicada a serviços aéreos públicos (artigo 175), dependem de autorização, ainda que previstos em acordo bilateral (artigos 203 a 213).					
	§ 4º A utilização do espaço aéreo brasileiro, por qualquer aeronave, fica sujeita às normas e condições estabelecidas, assim como às tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea em rota (artigo 23).					

	§ 5° Estão isentas das tarifas previstas no parágrafo anterior as aeronaves pertencentes aos aeroclubes.					
	§ 6° A operação de aeronave militar ficará sujeita às disposições sobre a proteção ao voo e ao tráfego aéreo, salvo quando se encontrar em missão de guerra ou treinamento em área específica.					
	#####					
	§ 1° A prática de esportes aéreos tais como balonismo, volovelismo, asas voadoras e similares, assim como os vôos de treinamento, far-se-ão em áreas delimitadas pela autoridade aeronáutica.					
	§ 2° A utilização de veículos aéreos desportivos para fins econômicos, tais como a publicidade, submete-se às normas dos serviços aéreos públicos especializados (artigo 201).					
	Art. 16 Ninguém poderá opor-se, em razão de direito de propriedade na superfície, ao sobrevôo de aeronave, sempre que este se realize de acordo com as normas vigentes.					
	§ 1° No caso de pouso de emergência ou forçado, o proprietário ou possuidor do solo não poderá opor-se à retirada ou partida da aeronave, desde que lhe seja dada garantia de reparação do dano.					

	§ 2º A falta de garantia autoriza o seqüestro da aeronave e a sua retenção até que aquela se efetive.					
	§ 3º O lançamento de coisas, de bordo de aeronave, dependerá de permissão prévia de autoridade aeronáutica, salvo caso de emergência, devendo o Comandante proceder de acordo com o disposto no artigo 171 deste Código.					
	§ 4º O prejuízo decorrente do sobrevôo, do pouso de emergência, do lançamento de objetos ou alijamento poderá ensejar responsabilidade.					
	Art. 17. É proibido efetuar, com qualquer aeronave, vôos de acrobacia ou evolução que possam constituir perigo para os ocupantes do aparelho, para o tráfego aéreo, para instalações ou pessoas na superfície.					
	Parágrafo único. Excetua-se da proibição, os vôos de prova, produção e demonstração quando realizados pelo fabricante ou por unidades especiais, com a observância das normas fixadas pela autoridade aeronáutica.					
	Art. 18. O Comandante de aeronave que receber de órgão controlador de vôo ordem para pousar deverá dirigir-se, imediatamente, para o aeródromo que lhe for indicado e nele efetuar o pouso.					

	§ 1º Se razões técnicas, a critério do Comandante, impedirem de fazê-lo no aeródromo indicado, deverá ser solicitada ao órgão controlador a determinação de aeródromo alternativo que ofereça melhores condições de segurança.					
	§ 2º No caso de manifesta inobservância da ordem recebida, a autoridade aeronáutica poderá requisitar os meios necessários para interceptar ou deter a aeronave.					
	§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, efetuado o pouso, será autuada a tripulação e apreendida a aeronave (artigos 13 e 303 a 311).					
	#####					
	Art. 19. Salvo motivo de força maior, as aeronaves só poderão decolar ou pousar em aeródromo cujas características comportarem suas operações.					
	#####					
	Art. 20. Salvo permissão especial, nenhuma aeronave poderá voar no espaço aéreo brasileiro, aterrissar no território subjacente ou dele decolar, a não ser que tenha:					
	I -marcas de nacionalidade e matrícula, e esteja munida dos respectivos certificados de matrícula e aeronavegabilidade (artigos 109 a 114);					

	II -equipamentos de navegação, de comunicações e de salvamento, instrumentos, cartas e manuais necessários à segurança do voo, pouso e decolagem;					
	III -tripulação habilitada, licenciada e portadora dos respectivos certificados, do Diário de Bordo (artigo 84, parágrafo único) da lista de passageiros, manifesto de carga ou relação de mala postal que, eventualmente, transportar.					
	Parágrafo único. Pode a autoridade aeronáutica, mediante regulamento, estabelecer as condições para vôos experimentais, realizados pelo fabricante de aeronave, assim como para os vôos de traslado.					
	#####					
	Parágrafo único. O porte de aparelhos fotográficos, cinematográficos, eletrônicos ou nucleares, a bordo de aeronave, poderá ser impedido quando a segurança da navegação aérea ou o interesse público assim o exigir.					
CAPÍTULO III						
Entrada e Saída do Espaço Aéreo Brasileiro						
	Art. 22. Toda aeronave proveniente do exterior fará, respectivamente, o primeiro pouso ou a última decolagem em aeroporto internacional.					

	<p>Parágrafo único. A lista de aeroportos internacionais será publicada pela autoridade aeronáutica, e suas denominações somente poderão ser modificadas mediante lei federal, quando houver necessidade técnica dessa alteração.</p>					
	<p>Art. 23. A entrada no espaço aéreo brasileiro ou o pouso, no território subjacente, de aeronave militar ou civil a serviço de Estado estrangeiro sujeitar-se-á às condições estabelecidas (artigo 14, § 1º).</p>					
	<p>§ 1º A aeronave estrangeira, autorizada a transitar no espaço aéreo brasileiro, sem pousar no território subjacente, deverá seguir a rota determinada (artigo 14, §§ 1º, 2º, 3º e 4º).</p>					
	<p>§ 2º A autoridade aeronáutica poderá estabelecer exceções ao regime de entrada de aeronave estrangeira, quando se tratar de operação de busca, assistência e salvamento ou de vôos por motivos sanitários ou humanitários.</p>					
	<p>Art. 24. Os aeroportos situados na linha fronteira do território brasileiro poderão ser autorizados a atender ao tráfego regional, entre os países limítrofes, com serviços de infra-estrutura aeronáutica, comuns ou compartilhados por eles.</p>					

	Parágrafo único. As aeronaves brasileiras poderão ser autorizadas a utilizar aeroportos situados em países vizinhos, na linha fronteiriça ao Território Nacional, com serviços de infra-estrutura aeronáutica comuns ou compartilhados.					
TÍTULO III						
Da Infra-Estrutura Aeronáutica						
CAPÍTULO I						
Disposições Gerais						
	Art. 25. Constitui infra-estrutura aeronáutica o conjunto de órgãos, instalações ou estruturas terrestres de apoio à navegação aérea, para promover-lhe a segurança, regularidade e eficiência, compreendendo:					
	I - o sistema aeroportuário (artigos 26 a 46);					
	II - o sistema de proteção ao voo (artigos 47 a 65);					
	III - o sistema de segurança de voo (artigos 66 a 71);					
	IV - o sistema de Registro Aeronáutico Brasileiro (artigos 72 a 85);					
	V - o sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos (artigos 86 a 93);					
	VI - o sistema de facilitação, segurança e coordenação do transporte aéreo (artigos 94 a 96);					

	VII - o sistema de formação e adestramento de pessoal destinado à navegação aérea e à infra-estrutura aeronáutica (artigos 97 a 100);					
	VIII - o sistema de indústria aeronáutica (artigo 101);					
	IX - o sistema de serviços auxiliares (artigos 102 a 104);					
	X - o sistema de coordenação da infra-estrutura aeronáutica (artigo 105).					
	#####					
	§ 2º Para os efeitos deste artigo, sistema é o conjunto de órgãos e elementos relacionados entre si por finalidade específica, ou por interesse de coordenação, orientação técnica e normativa, não implicando em subordinação hierárquica.					
CAPÍTULO III						
Do Sistema de Proteção ao Voo						
SEÇÃO I						
Das Várias Atividades de Proteção ao Voo						
	Art. 47. O Sistema de Proteção ao Voo visa à regularidade, segurança e eficiência do fluxo de tráfego no espaço aéreo, abrangendo as seguintes atividades:					
	I - de controle de tráfego aéreo;					
	II - de telecomunicações aeronáuticas e dos auxílios à navegação aérea;					
	III - de meteorologia aeronáutica;					
	IV - de cartografia e informações aeronáuticas;					

	V - de busca e salvamento;					
	VI - de inspeção em voo;					
	VII - de coordenação e fiscalização do ensino técnico específico;					
	VIII - de supervisão de fabricação, reparo, manutenção e distribuição de equipamentos terrestres de auxílio à navegação aérea.					
	Art. 48. O serviço de telecomunicações aeronáuticas classifica-se em:					
	I - fixo aeronáutico;					
	II - móvel aeronáutico;					
	III - de radionavegação aeronáutica;					
	IV - de radiodifusão aeronáutica;					
	V - móvel aeronáutico por satélite;					
	VI - de radionavegação aeronáutica por satélite.					
	Parágrafo único. O serviço de telecomunicações aeronáuticas poderá ser operado:					
	a) diretamente pelo Ministério da Aeronáutica;					
	b) mediante autorização, por entidade especializada da Administração Federal Indireta, vinculada àquele Ministério, ou por pessoas jurídicas ou físicas dedicadas às atividades aéreas, em relação às estações privadas de telecomunicações aeronáuticas.					